

ARRANHAO

Director e Editor: Dr. David de Oliveira SEMANÁRIO REPUBLICANO

N.º 17 do 3.º Ano

Redacção e Administração: Rua de Francisco Agra, 8

GUIMARÃES, 17 de Dezembro de 1925

Composição e impressão: Tipografia da Empresa de Publicidade
Rua de Maia -- F A F E

ARRANHADURAS...

Não e não

Alguem disse que nós, fazendo a política da Câmara, já nos encontravamos subordinados a ela.

Não vivemos de esmolas, e por isso, afirmamos categoricamente que merecendo reparo a sua obra, fazê-lo-hemos como até aqui.

A Câmara não manda em ninguém e nós muito menos prestamos obediência a qualquer organismo ou facção política.

Sempre livres, sempre independentes caminhamos em defesa da Republica.

Obedecer?...

Não e não.

Porque seria?!

Na recita da gala promovida pelos estudantes subiu à scena uma peça de Julio Dantas que nos pareceu mutilada.

Porque seria?!...

Talvez por ser considerada imoral e por a nossa casa de espectáculos estar transformada em igreja?!.

Quem nos responde?

«Ninguém».

Os tornos crematórios e "Nemo,"

Nemo— o inconfundível e o intangível católico—alega razões espirituais para dizer que a Igreja Católica não consente na incineração dos cadáveres.

Para alcançar os fins não olha aos meios e eis do que êle se serve para dar mais uma punhalada na Republica!

Um alho, êste senhor Nemo.

Admira que a Universidade tivesse gerado tã sábio...engenheiro de engenhocas e que o praticos não o tenham elevado á categoria de... Papalvo!

AS COLONIAS



O epilogo dessas campanhas que contra o nosso dominio colonial se veem fazendo no estrangeiro temo-lo ai claro e insofismável: querem roubar-nos.

Tangia-as, hoje como no passado a essas miseraveis campanhas a cobiça, que ainda se estadeia infrene em volta dessa mesquinha parcela que nos resta do imenso imperio que alem-mar para nós tãhamos. Visando ora a nossa administração colonial, ora os nossos processos de colonização; agora acusando nos de ladrões, logo de negreiros, os nossos difamadores só procuram o meio de nos espoliar, de nos roubar a misera migalha que por milagre escapou á rapacidade dos abutres sem antepassados.

Com esse fim, nada há que não tenham tentado, desde a vilata que na imprensa mundial, até á insidiosa censura nas assembleias da Sociedade das Nações, onde, ainda não vai decórrido muito tempo, os nossos delegados se viram forçados a rebater, uma por uma, todas as falsas acusações que ali mesmo nos foram feitas, com o piedoso intuito talvez de á nossa custa dar satisfação ás exigencias da vencida Alemanha, teimosa em refazer o seu imperio colonial, que perdeu com a guerra.

E, contudo, nenhuma das nações que conspiram contra a nosso integridade colonial se pôde orgulhar de uma obra colonizadora como a nossa; nenhuma dessas nações, dispondo, aliás, de recursos muito superiores aos nossos, se pôde ufanar de uma melhor acção progressiva, civilizadora.

Qual delas, qual dessas nações nos pôde acusar com justiça de incapazes e anti-humanitarios, Quando e com quem é que essas nações foram mais humanitarias do que nós?

Quem é que desconhece os barbaros processos de colonização usados pelas mesmas nações que aparecem a apontar-nos como incompetentes e cruéis?

Basta de farça. Nas nossas possessões nunca se fez a guerra do extermínio—a Inglaterra que o diga—nem fomos nós os ultimos, antes pelo contrario, a promulgar leis de protecção ao indigena.

Anti-humanitarios...? Mas, nenhuma dessas nações soube como nós reprimir a escravatura; nenhuma delas tem nos seus codigos leis tão humanitarias como as nossas!

Incapazes! Se isso fôsse verdade, seria tã duradoura a nossa obra colonizadora, que resistisse a tantos embates da cubiça, á desenfreada gula das potencias?

Farça noventa, ignóbil especulação que se vem fazendo á sombra do direito do mais forte, esta campanha é a reedição do gesto dos esfaimados chocolateiros ingleses, que pelo mesmo processo tentaram roubar-nos aqui há anos. E' um novo ataque dos chacais que há muito rondam e uivam em volta do pouco que nos resta do nosso patrimonio colonial.

Saibamos defender-nos. Muito nos tem rouhado já, para que nos possamos arrojir o direito de vivermos em paz no que muito legitimamente nos pertence.

P. P.

Um só pensamento deve unir todos os republicanos
sinceros e desinteressados:
O RESSURTIMENTO DE PORTUGALI!

ARRANHADELAS

Obscenidades

A cidade é uma imensa cocheira onde se soltam palavras obscenas e se fazem gestos imorais.

Não temos ouvidos castos, nem somos donzelas pudibundas.

Todavia achamos que, em materia de groseria, é demasiado.

Que fazem as Senhoras Autoridades?!

Como de costume, dormem.

Não poderiam ser applicadas umas multasinhas e, em caso de reincidencia, mandar os grosseiros até á Cadeia?

Vá, Senhoras Autoridades, acordem, não deixem que a cidade se transforme numa cloaca fétida de que V. Ex.ª serão os canos de exgôto.

Eles é que são

Pelo facto de julgarmos indecente o processo como se realizaram as eleições, vá de maus republicanos!

Patetas legitimos, demonstram bem a burrice que os alimenta e o interesse que os liga á gamela.

Mas não. Eles é que são!...

Embustice

Os deuses desta encantadora terra andam de beica caída por lhes termos desfiado o rosario das suas cretinices e sabugisses e olham, mais um vez de soslaio como que com ganas de nos baterem.

Ah! Ah! Ah!

Quem são afinal êsses camaradas do Vinagreiro e padeiros?

São os mesmos que cumprimentam os do Cordão e Chagas e desonram crianças e se encorporam nas procissões.

Deuses!?

Embustice.

Orgulhosa

Quando a vejo passar assim tão triste
D'olhos fitos no chão, a meditar,
Meu coração então põe-se a chorar
A mágoa infinda que em minh'alma existe.

E sofre e chora... mas enfim resiste
A' luz fatal do seu traçoeiro olhar
Só p'ra poder, num extase, silar
Mais uma vez aquela imagem triste.

E se um dia a não vejo, a mágoa infinda!
Idealiso-a gentil, airosa e linda
Qual nevada miragem vaporosa...

Faço dela uma ingenua rapariga
Quando a Verdade exige que diga
Que Ela não vai além duma orgulhosa!

Euclides Sette-Maior

AO SNR. Administrador

Perdê-me V. Ex.^a se erguer
ousou a minha débil voz até aos
píncaros onde a vossa onnipotência
imperava e o vosso arbitrio
reina.

Sou um consumidor farto de
ser consumido pela ganancia
desentreada dos padeiros, dos
marchantes e dos vinagreiros.

Excelencia: Tenho seguido
com simpatia a campanha de
«A Razão» contra a exploração
ignóbil de que vem sendo
vítima o público vimezanense.

Em nenhuma terra do país
essa exploração atingiu os ri-
quisitos de latrocinios e de mal-
dade como neste maldado bur-
go.

Em vão temos nós, os ex-
plorados, chamado a protecção
das autoridades.

As autoridades parecendo es-
tar ou estando de facto manco-
menadas com os ladrões, fe-
cham os ouvidos aos gritos
que soltamos, e esses gritos
não são os mais aflitivos por-
que verdadeiramente angustio-
sos são os da enorme legião de
famintos que pelas ruas da ci-
dade ostentam a sua miséria.

E vós, Excelencia, como
autoridade que sois ainda não
arriscasteis, um passo em pró-
dos explorados.

Passais por ser um bom
homem, e assim o cremos
crer.

Mas, bom homem ou ho-
mem bom, nem sequer ten-
des feito a figura que os bone-
cos do Caballero Castilho fi-
zeram no velho casarão chamado
«Teatro de D. Afonso Henriques».
Delegado do Governo
ontem e já hoje Administrador

do Concelho, é uma honra de
que poucos podem gabar-se.

Snr. administrador: Ser Ad-
ministrador é ser alguma coisa
mais que a mera figura deco-
rativa que um partido coloca á
frente dum concelho; adminis-
trar é intervir em todos os as-
suntos que interessem á vida
dum concelho, resolver com
equidade e justiça todos os pro-
blemas que se possam apresen-
tar. Snr. administrador: Esta-
mos a ser roubados ignobilmen-
te. V. Ex.^a pode e deve inter-
vir.

Aguardamos.

Um consumidor.

Muito bem

A Camara Municipal tem
obrigado os proprietarios a com-
por os canos de condução das
aguas pluviais.

Muito bem. Não regatear-
mos os aplausos a quem pug-
nar pelo bem moral e materia
da nossa terra.

Antonio Cabral

Já se encontra entre nós,
de regresso d'Africa, o pres-
ado amigo snr. Antonio Cabral,
conceituado negociante desta
praça.

Com os nossos cumprimen-
tos, um abraço de profunda
amizade.

“O Minhoto”

Foi-nos enviado este bem
redigido semanario republicano
de Vila Nova de Famalicão.

Agradecemos a visita e
vamos permutar.

Problema colonial

A ETERNA MANIA!

Bastou que o órgão das For-
ças Economicas— o *Século*—ba-
dalasse o sino grande, cujos
sons fossém compassos do «peri-
go conial», e toda gente vá de-
acorrer á chamada e tambem de
se exaltar com o silencio que
cingia tão grave questão...

Discursos cadenciados e ri-
tmicos, evocações dos grandes
feitos do Passado, relampejar de
espadas mfas a um sol rutilo de
batalha, trombetas atroando pe-
los montes e pelas quebradas,
caravelas sulcando as ondas do
mar alteroso, sonhos encantados
e mágicos, estrófes dos *Luziadas*,
ruflar de azas pelo ceu e *bro-
nháhá* de multidões!

Sonetos á Virgem que são par-
te integrante do «Fins Patrise»
Trindades Coelhos a procurarem
imitar o Junqueiro, comícios nas
praças publicas e um movimen-
to de salvação nacional coman-
dado por qualquer *garçonnette*
e em que as pontarias satisficam
a sede de sangue!

A eterna mania!

Todos se julgam no direito de
crítica e impam de orgulho rá-
cico por sobrepõem, á compe-
tencia, a audaciosa inconsciencia
lusófoba.

Pensam ser prestadiços á colé-
tividade, passeiam de braço da-
do com Afonso Henriques, mes-
tre de Aviz e seu Condestável, e
cometem aquêles gestos que jul-
gam ser os mais apropriados
para o momento, embora ten-
ham de desdizer as palavras
ócas que silogisaram e esereve-
ram.

Conhecendo só as opiniões
desencontradas, esquecem-se co-
mo *coloniais distinctissimos* eter-
nos propulsores de juizes que
nunca orientaram— e acordam
os grandes mortos para que,
com o tropel dos ossos, venham
arrancar do sonos os *grandes
Vivos*.

Não lhes repugna a especula-
ção política e a *chantage* como
indiferentemente olham a inte-
gridade nacional, permitindo-se
contribuir para a realização de
negócios ignóbeis e enfileirarem-
se nas várias *imprensas novas*.

Sabujos, ardem dum amôr-
pápio que é o monarchismo
traçoeiro de sempre e são uns
«estupores» de igual jaez aos
muitos daqueles que, de boa-
mente, se curvaram perante a
dinastia dos Filipes.

Mas enganar-se-hão esses tra-
ficantes sem qualificação, porque
ninguém dorme e conhecemos
bem os nossos detractores.

O perigo colonial existiu sem-
pre e o que há, neste momento,
é «barulho a mais». Se assim fôs-
se, seríamos os primeiros a re-
clamar luz para tão obscuro ca-
so.

SIUL.

P. S.— Depois de escrito
este arrazoado descobriu-se a
burla do *Banco Angola e Me-
trópole*.

Não é pretensão nossa mistu-
rar o perigo colonial com as
burlas de quenquer, já porque
foi o «*Século*» quem ergueu
essa companhia, já porque pare-
ce-nos extemporaneo o grito
pró-colonias.

Destrincemos...

SIUL

Impossível

Impossivel fatal que me troluras
Com saudades cruéis o pensamento,
Sé noble! que jamais teu sentimento
Menos preze, sem mágoa as deventuras.

Vives feliz e nem sequer futuras
Como é triste sofre-se o Esquecimento
Quando dentro da alma em vez de alento,
Se iem um mar sinistro de amarguras.

Mas que fazer, se Deus assim o quer?!
Visto eu ser triste e só poder, mulher
Cantar do Amor os sonhos juvenis,

Segue a estrada florida da ventura
Que quanto a mim farei desta amargura.
A minha humilde noiva de infeliz!

Euclides Sette-Maior

Campeonato distrital de Braga

O «Sporting de Braga» vence o «Victoria de Guimarães», após uma exi- bição violenta

No passado domingo reali-
sou-se, em Braga, o primeiro
desafio da 2.^a Volta entre o
«Sporting» e o «Victoria» des-
ta cidade.

Alinhados os 2 grupos e troca-
das as saudações, coube a saída
a Guimarães e o jogo começa
a desenvolver-se no campo do
«Victoria» após umas fugidas
condusidas pelo avanço de cen-
tro deste grupo. O assedio ás
rédes vimezanenses continua com
resultado nulos. Assim, decor-
ridos 20 minutos, Braga desce
e, por intermédio da meia-ponta,
consegue marcar o primeiro
ponto. Sai de novo o grupo de
Guimarães e o jogo equilibra-se
a meio campo. Remates altos,
cantos e descidas perigosas. O
centro vimezanense consegue
driblar as meias deléas braca-
renses e marca tambem o pri-
meiro ponto para o seu club.
Sai o «Sporting» e após nova
descidas e fracos remates, finda
o primeiro tempo.

Ha um pequeno intervalo.

Braga é quem inicia o jogo
e a par deste a violencia; alguns
pinhões, rasteiras e desbaldades;
luta desesperadamente pelo de-
sempate e não olha aos meios
para alcançar o fim. Temos
a impressão de que se assistirá
a um resultado contrapru-
ducente para o desporto, pois
os musculos distender-se-hão
mas sim pelo efeito de panca-
daria da parte dos jogadores.
E' marcado o 2.^a ponto para
Braga. A assistencia manifesta-
se com maior intensidade.
Ouve-se uma gritaria infernal,

própria dos grandes momentos,
que não representa senão o
amôr clubista.

Não é razão para malque-
renças nem tão pouco para ata-
ques acintosos.

O esférico vai ao centro, e,
pelo desenvolvimento do jogo,
Braga impõe o seu domínio.
Contudo, pouco é para as am-
bições em virtude de promeas,
previsões que foram feitas des-
de o jogo da 1.^a volta, previsões
que se amontuam nos cérebros
dos assistentes e apostas que
frutificaram.

Mevem pôr de lado alguns
jogadores vimezanenses para
exemplo e principia a praticar
maiores violencias o snr. Alberto
Augusto.

Faça-se bola da cara dum
jogador e confie-se na benevo-
lencia do *refrain*.

Engano, porém.

Fci para fóra do campo com
atenção á sua proeza. O jogá-
dor vimezanense sai tambem
molestado. Maiores investidas
á misturas com maiores encon-
trões. Reina a brutalidade e
outro jogador do «Victoria»
abandona o campo. Restam 15
minutos e vá de enfiar 8 bolas
nas rédes vimezanenses. O nono
ponto é o escárneo supremo
daquela *bambochata*— mar-
cado pelo *half* direito do «Vi-
tória».

E vivam os desportistas de
Braga!

PERDEU-SE

Desde a escola de
Santa Luzia ao Cam-
po da Feira, um en-
velope contendo do-
cumentos officiais.
Gratifica-se a quem
os entregar no Cam-
po da Feira 22.

Assinal

«A Razão»

A absolvição

revolucionária da sala do Risco

!!! e o Sr. Cunha e Costa !!!

(Considerações dum profano sobre o aspecto jurídico do julgamento)

«Como podemos nós, com tais práticas, ser considerados lá fóra, e merecer da Europa a classificação de civilizados?»

Cunha e Costa.

(Conclusão dos números anteriores)

Porque é que me revoltos afinal? perguntar-me-hão. É por espírito de vingança? por facciosismo? por desespero? ou por maldade? É apenas porque isto é um sintoma mais da revoltante impunidade que vemos gozando em Portugal todos os que roubam, assassinam e prevaricam, e a quebra de toda a autoridade para castigar pela lei seja quem for. Uma nação onde os homens da sua elite podem prevaricar sem culpa, não tem o direito de exigir submissão às classes menos afortunadas da sociedade, porque—venho-o clamando há muito tempo—a um maior grau de responsabilidade. Vejamos bancos! E os julgamentos da Legião Vermelha! E os milhares de ladrões e assassinos que em Portugal andam à solta, por obra e graça dos nossos juristas incorruptíveis! E os filhos sem pai, e as mulheres sem marido, com os que fizeram a sua orfanidade e a sua viuvez a passear a seu lado, de cara descoberta! Há peior do que ser ladrão, há peior do que ser assassino pode matar um só homem, mas um perdoador de assassinos arma o braço a milhares de assassinos!

É isto que eu não desculpo aos generais da Sala do Risco: eles armaram o braço de milhares de revolucionários.

E isto, mas não é só isto. É também a minha nobreza, a minha audácia, a minha lealdade que se sentem feridas. Porque o que temos visto, sr. Cunha e Costa, já não são revoluções, são uma *púrrria*! Para isto já não é preciso coragem, valor, qualidades militares, amor do risco. Já se pode dizer às nossas mulheres:—Até logo. Vou dar aí uns tiros sobre a cidade. Guarda-me a ceia... É esta falta de correspondência, de proporcionalidade, entre os riscos que me faço correr revoltando-me, os e os riscos que faço correr aos outros,

que me ofendem no meu conceito da honra e da justiça e de todos os deveres da lealdade. Isto, meus amigos, já não é outra coisa—é o homem, sob todas as suas formas, que se afunda...

Mas o ilustre causidico não se limita a renegar, é jurista, o verdadeiro espírito jurídico; renegar também é, jornalista, os inalienáveis direitos da crítica! Segundo Cunha e Costa e Costa, a decisão dos jurados não cabe na alçada da discussão. Nem isso aos menos, senhores! Nem o protesto, o *sant lacrimae rerum*... Mas eu sustento, ao contrário, que todo o acto público, seja ele praticado pelo Executivo, pelo Legislativo ou pelo Judicial, por isso mesmo que é público e interfere com interesses públicos, deve estar sujeito às apreciações da colectividade. Em nome de que princípios de absoluta infalibilidade de que consciências se deveriam exceptuar do exame e da discussão os actos de aquêle Poder que tem precisamente nas suas mãos a honra e liberdade dos indivíduos e a defesa dos mais sagrados interesses sociais? É que o sr. Cunha e Costa, como sempre, confunde as coisas. Toda a sua mentalidade é feita de de confusões, de conceitos frutes e de equívocos.

Como a lei exige aos jurados que sejam justos, o sr. Cunha e Costa pressupõe que as suas decisões devem ser tomadas sempre como justas. Assim uma obrigação moral e jurídica é erigida em privilégio—uma grave e solene imposição da lei em salvo-conduto. Tanto monta dizer que essa determinação da lei goza da prerrogativa maravilhosa de nunca ser ofendida. Francamente o sr. Cunha e Costa volta o bico ao prego...

Mas, afirma ainda, no julgamento do 19 de Outubro, «o Conselho por unanimidade absolveu os acu-

sados; e não houve, que eu saiba, nos poderes públicos ou nas alforjas demagógicas, uma voz que protestasse contra alguém do tribunal ou contra o *veredictum* proferido por um Conselho consciencioso e soberano e intangível». Mas os homens do 18 de Abril eram acusados dum crime público e notório, por eles mesmo confessado, enquanto sobre os revoltosos do 19 de Outubro incidia, não a acusação dum possível participação e cumplicidade nos assassinios ocorridos, o que para toda a gente não passava dum simples presunção moral. Se protestamos pois num caso e não no outro (é triste ter de dizer isto ao advogado dos de 19 de Outubro) é porque não há entres eles nenhuma espécie de paridade. No primeiro o Tribunal resolveu contra a evidência, no segundo eliminou uma simples hipótese gratuita. Mas S. Ex.^a confunde sistemáticamente tudo, e assim é que assim é que é bom. Se não confundisse as coisas mais simples, como poderia ele com tanta eloquência e tanto poder de sugestão vencer as causas mais célebres?

É este homem, depois de tudo isto, tem o arrojo de escrever que o seu protesto calgo vale, porque, além das contas profissionais que sempre de mim tenho dado, *nenhum facciosismo lhe atelma o alcance!*

Quando às contas profissionais, eu sei bem o que elas valem entre nós, onde os homens são apreciados, não pelas suas qualidades de espírito (a inteligência, a penetração, a sagacidade, a finura, a amplitude ou precisão das ideias, a originalidade ou profundidade das vistas), mas pelas suas faculdades e de elocução, o brilho, a vivacidade, e o volume dum bagagem de cultura absolutamente desproporcionada com o proveito que dela colheram. Há uma coisa pelo menos que se não eniga nunca em Portugal: é saber pensar com discernimento, com lógica e com perfeita adaptação às realidades. De aqui haver tanta gente *grande* em Portugal que lá fóra seria eliminada no *struggle for life* ou reduzida às verdadeiras proporções—o grande crítico literário Fidelino de Figueiredo, o grande filósofo Martinho Nobre de Melo, o grande jornalista Trindade Coelho, o grande advogado Cunha e Costa. Alguns desses homens (*verbi gratia*, Fidelino) tem um aleitura formidável: simplesmente nunca assimilaram, nem compreenderam, nem criticaram essas toneladas de livros que lhes tem passado pelos olhos. Postas em seguida umas às outras, as folhas que terão

devorado formariam quilómetros: mas delas não extrairam, coitados, um decimilograma de proveito para o espírito. Outros (Trindade Coelho, Nobre de Melo) são férteis em ideias: simplesmente, é interessante, todas elas são erradas. Eles não formam sobre si, sobre o mundo, sobre as coisas senão numerosas ideias nebulosas e confusas. São farrapos do caso donde não há esperar que saia estrela. Demais, não sei se a lucidez do intelecto não traria a um advogado mais prejuizos que vantagens. Para defender é preciso muitas vezes confundir, e para confundir com eloquência nada mais vantajoso do que ter já a confusão no próprio espírito. O sr. Cunha e Costa será, pois, um grande advogado. (Eu só o ouvi uma vez, e deume a impressão de um bobo). Mas o que ele é—isso lho afirmo—é um pessimista jurista. E só de jurista curo aqui, porque a missão dos advogados é defender—mesmo contra a justiça, sobretudo quando isso vai de encontro aos seus interesses partidários.

Mas o sr. Cunha e Costa defende-se de facciosismo que atenua o alcance das suas palavras. O que lhes atenua o alcance é alguma coisa de mais irreductível: a nulidade radical do seu espírito, a falsidade da sua inteligência. O sr. Cunha e Costa não é faccioso porque o queira: é faccioso porque é a sua própria mentalidade que é facciosa, contraditória e confusa. São defeitos do entendimento, não da vontade. Cristo diria:—Perdoai-lhe, Pai!

É preciso terminar, que este já vai muito mais longe que a estatura o sr. Cunha e Costa, mas antes disso quero referir-me a uma frase do aclamadissimo orador que denota bem a serenidade dos seus juizos, o valor da sua cultura e a largueza da sua compreensão. Para ele, acima do *veredictum* do júri, «só há Deus para os cães». Quere dizer, S. Ex.^a arrua a humanidade em dois grandes grupos: os cães para um lado, os católicos do outro. Os alemães, os ingleses os holandeses, os suecos, os norte-americanos, na sua maioria, cães. Goethe, Newton, Shakespeare, Kant, Spinoza, cães também! E lembrar-me eu que, ao ouvir isto, o único ser que ouvi ladrar foi o sr. Cunha e Costa!

RAÚL PROENÇA

P. S.—Muito depois deste artigo estar escrito, deu-se a absolvição do 19 Julho—mais um solene consagração da Impunidade, que é um dos aspectos mais alarmantes da nossa deliquescência social, destruidora de todas

as garantias. O facto de Cabeça-estar entre os acusados eu nada diminui a veemência do protesto que nos merece esta absolvição. Estivesse entre eles um nosso irmão, estivessemos nós próprios—protestaríamos da mesma maneira. Se fôssemos réus dum revolução vencida, não quieríamos usufruir de nenhuma prerrogativa da Vitória...

Está, pois, assente como definitivo que a Revolução é um direito usufruindo de ora avante em Portugal todo o homem de bem. Seis mil anos direito de ram isto! — R. P.

PELA MISERICORDIA

Noite alta. Um revolver traiçoeiro ia roubando a vida a dois nossos amigos.

Um deles, possivelmente ferido com gravidade, foi conduzido à misericórdia.

E o portão da misericórdia não se abriu sem um *bilhetinho* do Sr. Provedor.

Veio o bilhetinho e o ferido ainda só foi admitido depois de lavrado um termo de fiança.

Quer dizer: se o ferido estivesse às portas da morte e a sua vida de pendesse dum rápida intervenção cirurgica, esse ferido morreria fatalmente.

Eis a misericórdia em Guimarães!

Francamente: não compreendemos uma misericórdia em que os miseráveis não tenham entrada, em que não ha um médico de serviço permanente!

Que paguem aquêles que podem pagar, muito bem.

Mas que os pobres morram á mingua de auxilio, ou com um auxilio mendigado e tardio, é desumano, é cruel, é estúpido.

As misericórdias tem um papel grandioso e humano a desempenhar...

Uma misericórdia bem administrada, dados os seus recursos actuais não pode nem deve ter um saldo no fim do ano.

Um saldo feito das misérias dos pobres não pode dar honra a um Provedor.

E, se esse Provedor sómente assim sabe administrar, que se vá embora, que deixe o lugar a quem seja mais humano e, menos calculista.

As misericórdias não podem estar á mercê das panelinhas.

T. G.

ANUNCIAI NA

“A Razão”

Lêde e propagal

“A Razão”



FAFE HOTEL CENTRAL (vulgo da Felismina)

Fabricao especial de Pão de Ló e dôces finos
Pão de milho de superior qualidade

Unico depositário
em Guimarães:

Casa Barbosa

Rua da Republica
(Feira do Leite)

FARMÁCIA NORMAL DE GUIMARÃES

DE

Manuel Jesus de Souza

17, Praça de D. Afonso Henriques, 20

Grande stok de especialidades farmaceuticas

Ferragens, Cutelarias e Pentes

DE

A. J. Ferreira da Cunha

38, Praça de D. Afonso Henriques, 39 - (Toural)

VENDAS POR JUNTO E A RETALHO

GUIMARÃES

V. Ex.^a precisa comprar um serviço
.. para jantar, chá ou lavatório? ..

Recomenda-se a

: Antiga Louçaria Rezende :

DE

Manuel R. Ferreira da Costa

Rua da Assunção, 38 -- PORTO

UNIÃO INDUSTRIAL

Armazem de cabedais, Ferragens, Cu'ela las,
Pentes e artigos da industria vimaranense

Oliveira, Castro & C.^a, L.^{da}

Fábrica Manual de Calçado

GUIMARÃES

A RAZÃO

3.º ANO

N.º 17

Redacção e Administração: Rua d' e Francisco Agra, 8 -- GUIMARÃES

Ao Ex.^{mo} Snr.